

SOBRE QUE MILITANTES E ENGAJADOS ESTAMOS FALANDO?

Um olhar sobre a imprensa comercial
brasileira e o posicionamento como
estratégia jornalística



FABIANA MORAES

Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE – Brasil

ORCID: 0000-0001-8035-0163

DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1609

Recebido em: 31/03/2023

Desk Review em: 17/04/2023

Editor de Desk Review: Rogério Christofolletti

Revisado em: 15/09/2023

Revisado em: 16/10/2023

Revisado em: 15/11/2023

Aprovado em: 20/11/2023

Como citar este artigo: Moraes, F. (2023). WHO ARE THE ACTIVIST AND ENGAGED WE ARE TALKING ABOUT? A look at the Brazilian commercial press and political positioning as a journalistic strategy. *Brazilian Journalism Research*, 19(3), e1609. <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1609>

RESUMO – Este artigo problematiza, inicialmente, como os termos ativista/militante/engajado também devem qualificar a imprensa comercial brasileira. Depois, realiza uma distinção teórica dos termos citados e busca avançar na ideia de posicionamento como uma prática política possível em redações variadas, podendo também não ser declarada. A pesquisa se baseia em revisão bibliográfica e análise crítica que tensiona elementos da objetividade jornalística. Apontamos, no final, para uma prática reflexiva (anunciada ou não) que colabore para uma necessária maior densidade democrática na imprensa brasileira.

Palavras-chave: Posicionamento. Objetividade. Sensibilidade hacker. Humanidade. Outrofobia.

**WHO ARE THE ACTIVIST AND ENGAGED WE ARE TALKING ABOUT?
A look at the Brazilian commercial press and political positioning as
a journalistic strategy**

ABSTRACT – This article initially problematizes how the terms activist/militant/engaged should also qualify the Brazilian commercial press. Afterwards, it performs a theoretical distinction of the cited terms and seeks to advance the idea of positioning as a possible political practice in various newsrooms, which may also not be declared. The research is based on a bibliographic review and critical analysis that stresses elements of journalistic objectivity. We point, in the end, to a reflective practice (announced or not) that collaborates for a necessary greater democratic density in the Brazilian press.

Key words: Positioning. Objectivity. Hacker sensitivity. Humanity. Otherphobia.

**¿DE QUÉ MILITANTES Y COMPROMETIDOS ESTAMOS HABLANDO?
Una mirada a la prensa comercial brasileña
y al posicionamiento como estrategia periodístico**

RESUMEN – Este artículo inicialmente problematiza cómo los términos activista/militante/comprometido también deberían calificar la prensa comercial brasileña. Posteriormente, realiza una distinción teórica de los términos citados y busca avanzar la idea del posicionamiento como posible práctica política en diversas redacciones, que también puede no ser declarada. La investigación parte de una revisión bibliográfica y un análisis crítico que destaca elementos de objetividad periodística. Apuntamos, al final, a una práctica reflexiva (anunciada o no) que colabora para una necesaria mayor densidad democrática en la prensa brasileña.

Palabras clave: Posicionamiento. Objetividad. Sensibilidad hacker. Humanidad. Otofobia.

1 Introdução

Há décadas, os estudos de jornalismo, comunicação e áreas correlatas investigam as tomadas de posições do jornalismo moderno nacional, que, como sublinha Sodré (1998), já nasceu fortemente sob o patrocínio de empresas privadas. Milhares de artigos, dissertações, teses, revistas, simpósios, congressos, etc. já analisaram, por exemplo, as diversas formas com as quais os veículos da imprensa comercial¹ enquadraram determinados assuntos enquanto excluíram ou instrumentalizaram outros, a exemplo das investigações de Azevedo (2018), Moraes (2019), Ijuim (2020), Valentini (2020), Veiga da Silva (2014), Moraes (2022).

Neste sentido, com as práticas orientadas de boa parte da imprensa brasileira extensamente mapeadas pela academia, cabe nos perguntar: por qual razão falamos sobre engajamento, ativismo e militância sem que estes termos se refiram também a veículos/empresas como Correio Braziliense, Jornal do Commercio, Zero Hora, O Povo, Rede Globo, O Liberal, UOL, piauí, etc? Por que os estudos de jornalismo associam preferencialmente os termos citados - ligados fortemente às concepções de parcialidade e subjetividade - a iniciativas noticiosas não comerciais, como os sites brasileiros O Joio e o Trigo, Mídia Ninja, Repórter Brasil, etc? As tradicionais regras da imparcialidade e neutralidade, por exemplo, jamais impediram o posicionamento favorável de importantes veículos da imprensa comercial sobre a ditadura militar brasileira, como sabemos. Larangeira (2015) aponta como jornais de relevância como Folha de S.Paulo e o Jornal do Brasil desenvolveram silêncios permissivos, ignorando centenas de mortos e desaparecidos, em nome de uma sociedade liberal capitalista na qual seria aceitável passar por governos/ditaduras militares. Esse silêncio pode ser também uma estratégia importante para o fortalecimento da democracia, como veremos em breve (afinal, um posicionamento não declarado não deixa de ser um posicionamento). Em uma síntese, pergunto: sobre que veículos/jornalistas militantes, ativistas e engajados estamos falando?

Este artigo busca discutir, em primeiro momento, como as já criticadas noções de objetividade, neutralidade e imparcialidade continuam relacionadas ao jornalismo comercial, expondo contradições ainda presentes na pesquisa acadêmica que, se há muito identificou ações orientadas de veículos consagrados, não as adjetiva como “engajadas”. Em um segundo momento, o texto traz as delicadas distinções entre práticas ativistas, militantes ou engajadas, procurando, depois, sublinhar o posicionamento (reflexividade-ação) como gesto político possível no jornalismo, seja ele praticado em veículos de maior independência ou mesmo os mais conservadores. Chamo atenção, assim, para o fato destes posicionamentos não serem sempre evidenciados, mas também realizados através de ações não espetacularizadas. Finalmente, defendo que esta ação reflexiva pode nos ajudar a superar binaridades engessantes do campo, podendo colaborar com um urgente adensamento da democracia brasileira, especialmente sob risco nos últimos anos, com colaboração da imprensa.

2 Desenvolvimento

O entendimento de que profissionais e empresas consagradas praticam uma autoproclamada neutralidade segue assentado sobre um persistente mito, instalado não somente na academia, mas também no âmbito profissional e no senso comum. É quase tautológico: veículos comerciais se entendem e são vistos como mais críveis por eles mesmos professarem que são detentores de qualidades que os tornam hierarquicamente superiores. Ao analisar o que chamou de “notícias do fantástico”, Motta (2006), por exemplo, escreveu:

Que razões ou intenções estão por trás da publicação dessas notícias em *jornais sóbrios* como O Globo, Folha de S.Paulo, Estado de S. Paulo, Correio Braziliense, Estado de Minas ou Jornal do Brasil? (...) Por se situarem nos limites entre a racionalidade do jornalismo e a irrazão dos relatos fantásticos, essas notícias podem sugerir singularidades no jogo de sentido jornalístico, podem revelar a impregnação do objetivo pelo subjetivo. (Motta, 2006, p. 94. Itálicos meus).

É um trecho interessante que vai ver especificamente nas chamadas notícias fantásticas intencionalidades (ou seja, subjetividades) do emissor: nele, os veículos citados são considerados sóbrios, e, por isso, o espanto de que os mesmos tragam eventualmente produções caracterizadas pela “irrazão”. Além disso, repare-se que nenhum dos jornais citados é nordestino, local de maior desigualdade social do Brasil e no qual “sobriedade” e “racionalidade” são vistas historicamente como menos possíveis (Albuquerque Jr, 2011).

Outro ponto interessante é não somente entender, como já dito, que veículos publicamente a favor de um regime autoritário que durou de 1964 até 1984 no Brasil fossem “sóbrios”, adjetivo correlato a neutro e imparcial. Essa concepção vai seguir, apesar de com menor força, até os dias atuais, mesmo após questões como a cobertura histórica da Operação Lava Jato², na qual a publicação de delações (Kuwahara, 2018) e a construção midiática de vilões e heróis levaram o país a um cenário de destruição da própria política e a ascensão da extrema-direita (Kerche & Marona, 2022; Cioccarri, 2015). Mas avancemos: as concepções de neutralidade que ainda marcam simbolicamente a imprensa comercial, ainda poupadas de termos estigmatizadores como militância, engajamento e ativismo, também se referem a redes e jornais com posições fortemente classistas, xenófobas, racistas e voltados preferencialmente ao

mercado (Moraes, 2022). Mas estas questões, também mapeadas academicamente, foram vistas muitas vezes como menos políticas (mais contemporaneamente, meramente “identitárias”) ou técnicas. Nesse bojo, há uma clara demarcação e valoração entre objetivo/subjetivo e outras binaridades hierarquizantes, como razão/emoção; masculino/feminino; branco/negro.

Henriques (2018) nos lembra que a objetividade jornalística já foi investigada por vários estudos acadêmicos, mas, apesar de as análises terem circulado através de diversas publicações, elas não “alteraram a maneira como consumidores de informação, jornalistas e até mesmo professores de jornalismo entendem filosoficamente a objetividade e, conseqüentemente, a sua aplicação nas rotinas e procedimentos da prática jornalística” (Henriques, 2018, p. 1). Biroli e Miguel (2010) observam como imparcialidade, neutralidade e objetividade permanecem como valores-guias que povoam desde a auto-imagem dos jornalistas à construção de um referencial ético, passando pela valoração do trabalho e a defesa do campo jornalístico. No entanto, essa concepção “não permite lidar adequadamente com as formas de inclusão restrita da diversidade e do contraditório que se apresentam nos noticiários” (Biroli & Miguel, 2010, p. 74), mas ao contrário: tais práticas publicizam uma simulação dos conflitos sociais, garantindo, via imprensa, que continuemos a nos orientar por falsas ideias de pluralidade e democracia. Undugarra (2018), entrevistando jornalistas de O Globo (Rio de Janeiro) e Valor Econômico (São Paulo), demonstra como os marcadores apontados acima se assentam em redações consagradas.

Em quase todas as entrevistas, quando perguntei o que é um trabalho bem realizado, o ideal de neutralidade na reportagem foi mencionado repetidamente. Isso significa apresentar os dois lados de uma história, verificar as informações em uma variedade de fontes e manter a neutralidade normativa em relação ao assunto. A neutralidade, nesse sentido, era frequentemente associada à objetividade. (Undugarra, 2018, pp. 9–10).

Entendo que não é possível avançar na discussão sobre ativismo/militância/engajamento no jornalismo enquanto continuarmos a demarcar, ainda que não intencionalmente, profissionais e veículos declaradamente engajados utilizando concepções sacramentadas da objetividade/imparcialidade/neutralidade (em uma palavra, sobriedade) jornalística. Estas demarcações aparecem mesmo em algumas das perguntas orientadoras que animam este dossiê,

como: o entendimento de que posicionamentos só agora assumidos podem gerar um novo espaço de tensões; quando pergunta-se se jornalismo e ativismo podem ser adotados em contextos variados ou *se a militância é aceitável* no exercício da profissão; e, finalmente, quando questiona-se se as *tradicionais regras de imparcialidade e neutralidade*, uma vez *abandonadas*, garantem ações legítimas (destaques meus). São perguntas pertinentes para pensar e repensar o campo. Mas, ao mesmo tempo, tais indagações ainda se apoiam em hierarquias que precisam ser desnaturalizadas para não conformamos a complexidade do debate a um modelo binário. Assim, orientada pelas questões acima, entendo que é necessário:

1. Expor as diferenças entre militância, ativismo, engajamento e posicionamento, compreendendo que o último é também um gesto político reflexivo nem sempre anunciado (Moraes, 2022);

2. Considerar, como dito no início deste texto, que ações engajadas sempre estiveram presentes na imprensa comercial (ou seja, não são “novas posturas” do meio), fazendo com que as regras de imparcialidade pouco contribuíssem para evitar a desumanização e morte de grupos variados (Ijuim, 2020). Concordando com Larangeira (2015), é necessário considerar nesta imprensa os oportunos silêncios permissivos, além da autoblindagem através dos cânones da objetividade e neutralidade;

3. É necessária ainda a compreensão de que o reconhecimento e o enfrentamento de questões como o racismo ou a uma prática intensamente pró-mercado não significam o abandono de necessárias regras da objetividade jornalística. Essa percepção, inclusive, fere diversas iniciativas de jornalismo produzidas atualmente, inclusive na imprensa comercial, como veremos na pesquisa de Veiga da Silva (2020). Antes, este reconhecimento mira na necessidade de qualificar a objetividade jornalística e fortalecê-la, observando que, desde sempre, questões como os valores-notícia são instrumentalizadas para resguardar uma imprensa neoliberal, branca, masculina e historicamente voltada contra maiorias minorizadas (Santos, 2020), uma questão identificada por Usher (2021) também no contexto da imprensa norte-americana, na qual uma produção noticiosa voltada às classes mais abastadas, brancas e republicanas (no sentido do partido oposto aos Democratas) é uma majoritária realidade. Ward (2020), a partir de uma análise que se baseia fortemente na filosofia, defende uma objetividade engajada que avança a objetividade do fato, uma vez que qualquer teoria completa da objetividade precisa

explicar para além do nosso conhecimento dos fatos perceptivos. Assim, o autor defende uma objetividade “com rosto humano”, com agência (o que chamo de posicionamento), que está de acordo com nosso envolvimento no mundo através da defesa de causas e ideais.

É preciso dizer que temos, no Brasil, uma imprensa comercial ativista e engajada desde seu espraiamento. Ela, mirando um mercado mais amplo, se autoproclamou “imparcial” ainda no século 19 (Schwarcz, 2017), o que nos mostra como essa pretensa qualidade “neutra” nasceu justamente no momento em que a atividade jornalística brasileira buscava diversificar seu público e falar para além de grupos e partidos específicos. Entretanto, tal imparcialidade jamais impediu que jornalistas e veículos seguissem alinhados com projetos empresariais ou políticos específicos. A estratégia de embaquecimento da população brasileira bancada pelo Estado foi um deles: em *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*, Santos (2003) observa como a presença de pessoas negras, mesmo já saídas de um contexto de escravidão, foi apagada de boa parte da documentação daquele período, fotografia e imprensa aí incluídas. Desde sua inauguração enquanto produto à venda para um público diversificado, os jornais iniciaram um forte processo de outrização e desumanização (Carneiro, 2005), vistos infelizmente como não engajados para parte da academia. Basta ver que, enquanto abandonava o termo “escravo” no pós-abolição, por exemplo, os jornais passaram a classificar a população negra sublinhando sua cor, mantendo assim a distinção entre branco/preto, tutor e tutelado, racional e irracional, sóbrio e emocionado. “Não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (Carneiro, 2005, p. 97). Além disso, estas mesmas populações também foram proibidas legalmente pelo Estado, com apoio da imprensa, a acessar terra e moradia, a exemplo da Lei de Terras instaurada já em 1850 (Gadelha, 1989). Essa realidade perdura até os dias de hoje. Pesquisando a relação entre o periódico O Estado de S.Paulo e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (a partir de editoriais entre 2001-2004), Pita coloca:

Os dados demonstraram uma **mídia ativa** que colocou em prática um constante discurso estigmatizante e contrário ao MST. O jornal tratou de despolitizar as ações dos sem-terra, tornando o tema fundiário bélico, quando, por outro lado, o MST argumenta que suas ações querem sanar problemas fundiários, de desigualdade e cidadania. (Pita, 2022, p. 406. Destaque meu).

A relação negros-pobres-estado-mercado demonstra, há muito, ativismos na história da imprensa comercial brasileira, o que inclui também a estigmatização e outrização da região Nordeste, na qual os índices de desigualdade social são historicamente altos (Albuquerque Jr, 2011; Moraes, 2022). Essa relação permaneceu forte ao longo do tempo, e pôde ser observada no contexto das pós-eleições presidenciais no Brasil, em novembro de 2022. Naquele momento, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, discutia a possibilidade de conceder benefícios sociais acima do chamado teto de gastos (regra que fixa os investimentos com despesas primárias do governo, como na saúde e na educação, estabelecida em 2017 com forte apoio da imprensa comercial). Esse cenário levou o jornalista e escritor Marcelo Moutinho (2022) a postar em uma rede social um pequeno fio de textos e imagens recuperando jornais passados que, pelo seu poder de síntese, vale ser trazido aqui.

A primeira imagem (figura 1) traz uma notícia publicada no Diário do Brazil em 21 de setembro de 1884. Ela fixa o momento no qual o país caminhava para finalmente decretar a abolição, o que aconteceria em 1888 (o Brasil foi o último país do mundo a dar fim ao sistema escravocrata). O periódico estampou a desconfiança do mercado com a futura libertação de milhares de pessoas escravizadas: “O capital se retrai”.

Figura 1

“Frutos do Abolicionismo”: título crítico ao fim da escravidão



Fonte: Diário do Brazil, 21/9/1884

Na segunda imagem (figura 2), a capa do jornal O Globo de 26 de abril de 1962, dois anos antes do Golpe Militar. O mercado reagia à criação do 13º salário-mínimo, que virou lei em julho de 1962 no governo do presidente João Goulart.

Figura 2

Primeira página de O Globo, 26/4/1962, dois anos antes do Golpe Militar



Fonte: Rubens Goyatá Campante (O 13º veio de uma greve geral, sem data)

A terceira imagem (figura 3), do site Folha de S.Paulo, de 11 de novembro de 2022, exemplifica o contexto citado do pós-eleições. Ela foi aqui incorporada com o propósito de demonstrar como as queixas do mercado feitas em 1884 continuavam a ecoar em 2022.

Figura 3

Chamada do jornal Folha de S.Paulo

Citi diz que mercado pode ter se enganado em relação a Lula

Em relatório, banco diz que decidiu cortar a exposição a riscos do Brasil após reavaliação



Luana Maria Benedito

A* SÃO PAULO | REUTERS Os mercados financeiros podem ter se enganado ao se convencer de que o presidente eleito [Luiz Inácio Lula da Silva](#) seguiria uma agenda fiscal ortodoxa, disse o [Citi](#) em relatório, acrescentando que o banco decidiu cortar sua exposição a riscos do Brasil diante dessa reavaliação.

"O mercado parecia ter se convencido de que o presidente (eleito) Lula seria fiscalmente ortodoxo. O fluxo de notícias mais recente agora coloca essa hipótese em dúvida", escreveu Dirk Willer, chefe de estratégia de mercados emergentes do Citi Research no documento.

Fonte: texto de Luana Benedito (2022) para o jornal Folha de São Paulo

Guardadas necessárias distinções econômicas e históricas dos três períodos, percebe-se uma convergência discursiva vocalizada historicamente pela imprensa na qual é o corpo supostamente ferido do mercado, e não o de pobres, indígenas ou pretos, aquele que vai ser lamentado.

É com essas questões em primeiro plano, considerando também os estudos que analisaram e analisam as orientadas posições da imprensa nacional, que se torna impossível continuarmos a associar ativismo, militância e engajamento somente a veículos não conformados entre a também chamada "imprensa hegemônica" (ou "imprensa profissional"). Aliás, se militância/ativismo na imprensa pressupõem a ligação de jornalistas a determinados grupos e partidos, como veremos em breve, é válido pensar no quanto espaços como o mercado e a política partidária também são formados por grupos com interesses específicos. Estes possuem alta aderência entre veículos da imprensa comercial, e a citada cobertura da Lava Jato (Kuwahara, 2018; Kerche & Marona, 2022; Cioccarri, 2015) é um dos exemplos mais recentes dessa realidade no Brasil. É compreensível que este jornalismo não queira se pensar como "ativista", uma vez que se entende como "universal". Mas compreendo que a academia pode ser um *locus* de desnaturalização dessas hierarquizações.

2.1 Objetividade e sofrimento

Antes de partir para o segundo momento do texto, é importante apontar cenários de desestabilização da ideia de objetividade jornalística a partir não somente da academia, mas também de uma sociedade atravessada por sofrimentos de diversas ordens, a exemplo das emergências climáticas, do trabalho precarizado, etc. De maneira breve e com o intuito de sobrevoar alguns deslocamentos que redesenham estes contextos, aponto algumas questões de relevância ocorridas na sociedade brasileira nos últimos anos: a instauração e o avanço das políticas de cotas sociais e raciais; a popularização dos debates sobre raça, gênero, classe, territórios; a expansão do uso de aparelhos celulares e ainda das redes sociais digitais, intensamente usadas no país. Nesse contexto, críticas do público ao que é divulgado no noticiário crescem e pressionam empresas a reverem posições principalmente em questões pertinentes à população negra, à população pobre, às pessoas transgêneras e travestis, às mulheres, aos e às indígenas, às pessoas periféricas, etc. A pandemia da covid-19, que matou quase 15 milhões de pessoas ao redor do mundo, foi decisiva nesse aspecto, quando a própria noção do que é político, felizmente e finalmente, se maximizou no debate popular.

Estes contextos estão totalmente mesclados e, como dito, forçam o campo noticioso a se repensar, seja por vontade própria, seja por beliscões da sociedade. Passa a ser impossível ignorar uma questão: em meio a tanto sofrimento pessoal e coletivo, o que os jornalistas devem priorizar? Como voltar a olhar casos como os assassinatos de João Pedro³ (g1, 2020; Guimarães, 2021), Agatha Felix⁴ (Carta Capital, 2020) e George Floyd? (AFP, 2023). Como pensar os movimentos em rede que, na pandemia, criticaram a vida abastada das celebridades e super-ricos (Moraes, 2020; Bhattacharya, 2021⁵)?

É nesse ambiente que a objetividade do jornalismo também passa a ser questionada como um valor em si, como demonstram estudos diversos realizados dentro da própria academia: no Brasil, por exemplo, Veiga da Silva e Moraes (2019) afirmam que a objetividade jornalística tem raça e gênero; Laia e Guimarães (2022) propõem uma virada ontológica no modelo de comunicação a partir do conhecimento dos povos originários do Brasil. O mesmo estranhamento sobre a objetividade vai acontecer no campo profissional, este mais apegado ao mito. No estudo *Beyond Objectivity* (Downie Jr. & Heyward, 2023),

a ex-editora executiva da The Associated Press, Kathleen Carroll, também vê o cânone através de filtros de gênero, raça e classe. “É objetivo segundo o padrão de quem? Esse padrão parece ser de caras brancos, educados e razoavelmente ricos. Quando as pessoas não sentem que estão na cobertura das notícias, é porque [elas] não atendem a essa definição” (2023, p.7, tradução minha). É um cenário que felizmente sinaliza mudanças nos três espaços aqui citados - academia, ambiente profissional, público. Mas essa possível inflexão é extremamente desafiadora, uma vez que os elogios à objetividade e os senões à subjetividade (que demarcam ativistas e supostos não ativistas) são imbricados aos lugares de poder.

Como observaram Biroli e Miguel (2012) ao analisar o valor objetividade nos discursos e práticas de uma revista nacional, o apego à neutralidade não significa um lugar de ausência de valores, mas antes a naturalização de um padrão de valores. Essa realidade vai encontrar repouso também na produção e no ensino acadêmico, local legitimado na forja e disseminação de ideias, na formação de pessoas que comporão um multifacetado ambiente profissional, na formação de futuras e futuros docentes. A diferenciação entre veículos que podem ou não ser adjetivados como ativistas nos leva não somente a falsos problemas, mas também a deixarmos de enfatizar elementos preciosos neste debate.

Para pensarmos: por qual razão a imprensa comercial não replica sua necessária cobertura das instâncias governamentais também no setor privado? Por qual razão eventos que expuseram nos últimos anos a presença nefasta das empresas privadas na vida brasileira não foram ainda suficientes para esse movimento ser realizado? No Brasil, diversos eventos demonstraram a enorme responsabilidade desse setor na destruição da sociedade: o genocídio dos indígenas Yanomami, com nomes de empresas como H.Stern, D’Gold e Ourominas sendo citadas na investigação sobre garimpo ilegal, de acordo com a imprensa (Henrique & Magalhães, 2021); os milhares de casos de pessoas encontradas em trabalhos análogos à escravidão em grandes vinícolas brasileiras, como Aurora, Garibaldi e Salton (Pontes, 2023); o envolvimento de empresas e planos de saúde na desinformação (e morte) da população durante a pandemia. Uma delas, a Prevent Senior, chegou a encaminhar pacientes em tratamento intensivo (mais caros) para tratamentos paliativos (mais baratos) sem informar às famílias (Jucá, 2021). Na imprensa comercial, a intensa cobertura das diversas instâncias governamentais, com ênfase em

escândalos e corrupção, se dá de maneira inversamente proporcional no caso das grandes empresas privadas. O fomento da anti-política se fortalece e o Estado torna-se o único a ser responsabilizado.

3 Militância, ativismo, engajamento e posicionamento

Apesar de a compreensão sobre militância/ativismo/engajamento percebê-las como iguais, existem distinções apontadas no próprio campo da comunicação, especificamente do jornalismo. Antes, é interessante observar o que diz o dicionário de referência no Brasil, o Houaiss (Militância/Ativismo, 2017, online). Nele, militante e ativista são sinônimos: o primeiro é aquele que milita, que combate, que defende ativamente uma causa. O segundo é definido como aquele que trabalha para alguma causa; é um defensor; um militante. Ambas concepções também guardam semelhanças com uma das definições de engajamento do mesmo dicionário. Este refere-se a alguém que possui participação ativa em assuntos e circunstâncias de relevância política e social, passível de ocorrer por meio de manifestação intelectual pública, de natureza teórica, artística ou jornalística, ou em atividade prática no interior de grupos organizados, movimentos, partidos, etc (Lacerda, 2007). Como exposto, considera-se que o engajado se manifeste intelectualmente ou na prática (uma separação anti-freireana, veremos) em ambientes como a arte, a academia e o jornalismo. Mas entendo que a ligação com ativismo/militância permanece, uma vez que essa atividade pode se dar em conexão com partidos e movimentos.

Estas diferenças delicadas também são percebidas nas análises teóricas sobre a temática. Neste caso, vale trazer o pensamento de Freire (Bach & Paula, 2017; Dalbosco et al., 2020) sobre ativismo, teoria-prática e ação reflexiva. Muito embora esteja extremamente relacionado aos estudos da educação e à pedagogia, o autor, como viram Meditsch (2017) e Ijuim (2009), pode ser precioso para realizar avanços qualitativos no jornalismo e na comunicação. Sua proposta é uma práxis que se dá a partir de uma perspectiva contextualizada e reflexiva, vitais para o desenvolvimento de ações democráticas (Dalbosco et al., 2020). Freire chama atenção para a necessidade de estabelecermos uma vigilância constante sobre nossa própria atividade pensante: o autor foi um crítico feroz de uma teoria sem prática e de uma prática sem reflexão, e insistia que ambas precisavam estar

em comunhão. O fazer não reflexivo, para ele, era um mero ativismo, e não promovia uma comunicação dialógica. Voltarei a tratar dessa compreensão freireana, uma vez que ela deixa de encontrar respaldo em ativismos reflexivos contemporâneos (na academia, na imprensa) e se difere da crítica dos jornalistas ao ativismo.

Ijuim (2009) trouxe Freire para analisar a responsabilidade social do jornalista e pedir por seu necessário engajamento: no seu argumento, vemos traçada a separação entre o último e a militância/ativismo:

Um ser-jornalista engajado não é necessariamente um jornalista militante de causas, ideologias ou segmentos políticos. Nesse caso, como lembra Alberto Dines, seria o mal-entendido de adotar a postura de “partisan ou torcedor” (Dines, 1986, p. 62). O engajamento a que nos referimos pode ser o que Cremilda Medina chama “solidariedade às dores universais” (Ijuim, 2009, p. 36).

Assim, o autor percebia militância/ativismo como prática sempre em conexão com grupos, partidos, torcidas, enquanto o engajamento está assentado na alteridade/solidariedade (o que demanda, é claro, reflexividade). De fato, a solidariedade é uma importante base do ser-jornalista, uma vez que ela pode tensionar formas com as quais o jornalismo se relaciona com suas fontes/personagens, tantas vezes instrumentalizadas (Moraes, 2015). Mas este mesmo traço pode não se mostrar suficiente para revelar questões relacionadas a problemáticas de raça, classe, gênero, xenofobia e outras expressões da outofobia (Castro, 2015).

É assim que nos interessa o Pluriverso dos Direitos Humanos no pensamento de Boaventura de Souza Santos (Santos & Martins, 2019), conceito trabalhado posteriormente por Ijuim (2022) para qualificar o sentido de humanidade no jornalismo, debelando a universalização do termo empregado para distinguir os “mais humanos” (brancos, ocidentais) de outros “menos humanos” (pretos, indígenas, latino-americanos, transgêneros, etc). É a mesma crítica presente no importante conceito de humanismo radical apresentado por Wynter (Paterniani et al., 2022), para quem a sobre-representação do burguês ocidental e do modo de ser humano nos ofertou a própria noção de humano. Ou seja, o conceito de humanidade (e mesmo o de democracia) assimilado por diversas instituições, incluindo o jornalismo, não impediu que populações pobres, negras, indígenas, transexuais, etc, sofressem violências de diversas ordens. No campo da comunicação, Sodré (2017) nos lembra que o conceito de “humano” serviu de fachada

ideológica para a legitimação dos mercados do sudeste asiático, dos metais preciosos nas Américas e da mão de obra na África e sustentou o modo como os europeus conhecem a si mesmos, “homens plenamente humanos”, enquanto os outros não são tão plenos (2017, p. 14).

Essa perspectiva excludente e classificatória de uma “verdadeira” humanidade é central na concepção de posicionamento defendida neste texto: trata-se de uma postura prática-reflexiva, um agir consciente, que pode atravessar tanto a atividade profissional jornalística quanto o ensino e a pesquisa acadêmica. Mais: que pode ser realizada tanto por profissionais de veículos com maior independência de anunciantes e/ou grupos políticos quanto por aqueles que colaboram em redações mais conservadoras, como veremos em breve.

Para isso, é preciso analisar a crítica de Freire sobre o que ele classificou negativamente como ativismo. Este é um ponto central para requalificar tal ação e nos ajudar a pensar sobre sua relação com a própria universidade e o jornalismo. A observação freireana não repousa, note-se, no aderir a causas, mas sim na não articulação entre fazer e pensar. Esta foi uma forma de o educador valorizar a própria prática, uma vez que fazer e pensar também foram (e são) lugares de hierarquizações e distintos poderes, inclusive racializados. Por outro lado, Freire também desmistifica o lugar da intelectualidade fechada em si, se afastando de uma leitura binária sobre as ações possíveis dentro de um espaço visto somente como o do pensar. Assim, a crítica freireana se difere radicalmente daquela realizada por acadêmicos e profissionais da imprensa ao ativismo/militância, aqui interpretados como espécies de traições aos preceitos do campo. Como bem colocou Russell (2016), o uso da palavra “ativismo” como acusação está fortemente relacionada, entre jornalistas, à sugestão de uma ausência de objetividade. “Os críticos de formas emergentes de jornalismo frequentemente recorrem à noção de objetividade para argumentar que o profissionalismo está sendo violado, apontando o dedo para o que eles vêem como vago nos padrões dos novos atores no campo do jornalismo” (2016, p. 112).

Outro ponto: o ativismo criticado por Freire não será aquele presente nas pesquisas contemporâneas nascidas a partir da aproximação da academia e dos movimentos sociais, por exemplo. É da ação reflexiva que se dão as investigações de nomes como o citado Boaventura (Benzaquen, 2012), Allene Lage (2008), Sueli Carneiro (Silva, 2022), Neon Cunha (Cunha, 2016), Dennis de Oliveira (2021), Allan da Rosa (2013), etc. São trabalhos fruto de ação e reflexão, de agir-pensar,

tentativas de driblar constrangimentos pertinentes às disputas de poder.

Dito isso, para além da busca de uma classificação “exata” sobre ações orientadas, buscamos trazer aqui uma prática reflexiva jornalística posicionada, na qual não somente elementos da alteridade estejam presentes, mas principalmente a percepção de que os aspectos desumanizantes e outrofóbicos que demarcam sociedades liberais como a brasileira têm no jornalismo, no ensino ou prática, um importante fiador. A prática reflexiva jornalística, por exemplo, está ciente do processo de subalternização vivido por populações várias, entendendo que não é possível falar sobre democracia sem que o próprio cimento formador do Brasil, composto por escravidão, patriarcado e patrimonialismo, seja questionado.

O posicionamento prescinde da conexão com grupos ou entidades, conferindo maior independência às pessoas que realizam investigações e/ou escrita. Ele vai se dar na esteira de uma crítica de dupla dimensão, na qual tanto mira-se o próprio fazer desumanizante com o qual o jornalismo operou quanto busca-se por discursabilidades restauradoras. Ele não nega as subjetividades inerentes ao fazer-pensar, uma vez que essa negação tenta minimizar desigualdades e recalca elementos fundamentais na formação da sociedade brasileira, como o racismo. Em uma síntese, o posicionamento é formado também por uma leitura interseccional do espaço social (Akotirene, 2019). São exemplos de posicionamentos: a escolha de fontes que estão fora dos espaços de poder; a procura por especialistas de universidades interiorizadas; a escuta de crianças; a naturalização de vozes transgêneras e travestis no debate cotidiano para além das pautas da identidade; a instauração de imagens fora do menu usual de visibilidades, etc. São ações hacker/democráticas possíveis dentro de variados espaços e que podem contar com parcerias orientadas. A jornalista Helaine Martins, criadora do *Entreviste um Negro*, por exemplo, fez uma enorme contribuição quando propôs um banco de dados para que jornalistas pudessem ali encontrar facilmente especialistas em áreas diversas. Infelizmente, seu importante trabalho só foi “descoberto” no Brasil após o assassinato de George Floyd, nos EUA, em 2020, cinco anos após a criação do projeto. É um termômetro do quanto naturalizamos, na imprensa, as centenas de mortes de pessoas negras no Brasil (e também como buscamos um banco de dados criado para visibilizar negros somente quando o assunto é morte e violência).

Dito isso, é importante sublinhar que o ato posicionado, ao contrário de uma lógica espetacular - não precisa ser anunciado ou vocalizado, uma vez que o revelar pode provocar interdições de

diversas ordens, principalmente no caso de redações comerciais. Nesse silêncio, não estão previstos atos que empobrecem ou impossibilitam o próprio jornalismo, como invenção de fontes, adulteração de palavras, apuração precária. Como exposto, a objetividade necessária ao jornalismo está presente e é fundamental. Antes, esse silêncio faz parte de uma sensibilidade hacker não exatamente no sentido proposto por Russell (2016), no qual as mediações entre jornalistas e público se dão de maneira mais forte e mediada por tecnologias físicas como serviços de mensagens, aplicativos de edição, grupos online, etc. Nessa ação hacker reflexiva e posicionada, são necessárias estratégias, manhas e revides, aqui falando a partir do pensamento de Allan da Rosa e a constituição de uma teoria suada (2013), anti-binária e negra. Em uma síntese, trata-se do drible. Nele, o corpo reflexivo e a pauta que vai enquadrar o mundo a ser publicizado pelos veículos são as próprias tecnologias. Posicionamentos e enquadramentos provocam variações no sistema e, desta forma, entender como a imprensa brasileira comercial historicamente se posicionou e enquadrou pode nos levar a elaborar novas discursibilidades que consigam re-humanizar (Villanueva, 2017).

É importante dizer que um jornalismo de forte apelo sociológico e realizado por veículos variados nos EUA já foi objeto de investigação de Boynton (2005), que, através de dezenas de entrevistas com repórteres de jornais como Washington Post, identificou naquelas produções o que chamou de “new new journalism”. Esta, feita por repórteres investigativos interessados em questões sociais norte-americanas, como o sistema prisional, a política antidrogas, o racismo, etc, iria se diferir do *New Journalism*, segundo ele, por mirar não as elites e o status social, mas as marcantes desigualdades dos Estados Unidos. No Brasil, Veiga da Silva (2020) realizou entrevistas e analisou livros e reportagens de jornalistas com reconhecimento no campo e vindos de empresas comerciais. As práticas destas profissionais, mais afeitas a alteridades, indicam, para a autora, o rompimento de uma produção extrativista do modo de fazer jornalístico mesmo em espaços consagrados.

Tais práticas foram compreendidas como ações de resistência e modos de subversão ao jornalismo hegemônico, muito especialmente aos modos de objetivação jornalística, que serve como episteme que orienta os saberes e as relações de poder no campo. Através da leitura dos livros, os procedimentos de crítica e autocrítica das práticas, o resgate da agência dos jornalistas e suas responsabilizações pela construção do Outro que se dedicam a narrar sugerem caminhos capazes de não apenas renovar e sugerir melhores práticas para melhores encontros com alteridade. Sugerem, sobretudo, caminhos para

uma ruptura epistemológica nos modos como o jornalismo conhece e dá a conhecer a partir dos conhecimentos sociais que produz. Isso significa que há pistas de como o jornalismo pode servir como um agente transformador nos modos como a cultura opera (transformando diferenças em desigualdades). (Veiga da Silva, 2020, sem página).

4 Considerações finais: posicionar-se e adensar a democracia

Depois de considerar questões como: (i) os estudos e exemplos variados que indicam as parcerias de parte da imprensa comercial com governos autoritários; (ii) a criminalização jornalística de movimentos sociais; (iii) a aceção de uma ideia excludente de humanidade; e a (iv) defesa do mercado econômico em detrimento de populações mais pobres, perguntamos se os termos militante, ativista e engajado devem continuar a qualificar somente veículos com pouca ou nenhuma parceria comercial. Esse questionamento se dá, inclusive, entendendo que a não vocalização de orientações e ações editoriais (como a Lava Jato) não devem continuar a salvaguardar esta imprensa nos lugares ainda canônicos da neutralidade e objetividade. Como vimos, ativismo, militância e engajamento são percebidos como quase sinônimos, com apenas o último ganhando uma pequena distinção (dicionarizada, mas ignorada efetivamente no imaginário cotidiano). Buscando avançar no sentido de refletir sobre agências que se materializam em estratégias políticas, em uma consciência desse agir, me interessa propor o posicionamento como a nomeação do ato prático-reflexivo necessário para um jornalismo que não está comprometido com empresas, organizações ou partidos, mas sim com a qualidade de uma democracia que deu pouca guarida à maioria da população brasileira.

Esse é um esforço para avançarmos em um urgente adensamento do sentido de democracia na imprensa comercial brasileira. Boa parte dos veículos mais consagrados, por exemplo, relativizou, em 2018, a candidatura de extrema-direita ao posto da presidência do país. Depois, em 2020, essa mesma relativização aconteceu no contexto da pandemia, com as falas de um mandatário autoritário sendo replicadas em títulos sem contextualização. Isso se deu através de recursos da objetividade, como, por exemplo, jornalismo declaratório (Henriques, 2020). É nesse sentido que falamos sobre a instrumentalização de um elemento caro ao próprio campo. É preciso dizer, novamente, que essa crítica não visa o implodimento da necessária objetividade jornalística,

uma vez que a produção noticiosa não pode renunciar a questões como a apuração ampla; confirmação e entrecruzamento de informações; escrita acessível etc. Mas chamamos atenção para o fato de que estas práticas objetivas estão perpassadas estruturalmente por escolhas e critérios que, anunciados como neutros, guardam outrofobias diversas, como já estudaram, a partir do gênero, Veiga da Silva (2014) e Barcellos (2021). Ao analisar o Projeto Celina, criado pelo jornal O Globo e voltado para questões de gênero e diversidade, a última percebeu que

Mesmo com algumas normas profissionais masculinistas e hierarquizantes, o compromisso com a objetividade acaba se apresentando como um dos principais obstáculos nesse jornalismo feminista que seria mais afeito à subjetividade, à parcialidade e à alteridade. Essa objetividade também se mostrou como uma conduta que acaba limitando a abertura das jornalistas [as editoras] com sujeitos e realidades distantes das delas, seja na proposição das pautas ou no próprio desenvolvimento destas. Mesmo que haja um esforço em abranger as pautas do feminismo interseccional, considerando as desigualdades de gênero em relação aos outros marcadores sociais, as jornalistas de Celina, ao negar as suas subjetividades e os seus ativismos nas notícias que veiculam, acabam legitimando apenas as vozes de algumas mulheres e apenas alguns tipos de violência de gênero, que estão mais próximas delas enquanto sujeitas. (Barcellos, 2021, p. 8).

Desta maneira, proponho um fazer reflexivo e posicionado que pode se dar através de estratégias diversas e possíveis. Um começo para esse drible é repensar as escolhas de fontes, considerando que pessoas transgêneras podem falar sobre economia, que pessoas negras podem falar sobre geopolítica, que crianças são sujeitos políticos. Pensar, ainda, que as coberturas de empresas privadas, ainda que não exigidas pela redação, podem ser realizadas com regularidade. Não cabe aqui realizar um manual técnico deste fazer-pensar, uma vez que ele depende também de contextos (chefias, acordos, etc). Mas, em redações precarizadas ou não, mais independentes ou não, é possível realizar escolhas eloquentes que quebram padrões discursivos apresentados historicamente pelo jornalismo.

Nos veículos comerciais consagrados como a Rede Globo, posicionamentos mais específicos, que consideram questões de raça, gênero (e ainda contrários às políticas do governo Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil) puderam ser percebidos com mais ênfase nas jornalistas mulheres, a exemplo de Natuza Nery e Flávia Oliveira. Do outro lado, veículos não comerciais como Pro-publica, Intercept Brasil, O Joio e o Trigo e Sumaúma provaram que coberturas de excelência jornalística se deram de forma posicionada. Nesse sentido, entendemos que os últimos veícu-

los citados se diferenciam, por exemplo, de redações como as do O Antagonista (de base conservadora-liberal, ligado ao mercado financeiro) e Brasil 247 (de base progressista, ligado a partidos de esquerda), ambos no Brasil. Isso porque as relações de base de ambos não permitem que os mesmos realizem críticas densas aos meios que os apoiam, além de se voltarem quase sempre negativamente àqueles ideologicamente divergentes de seus projetos (Caldeira, 2020). Assim, tanto O Antagonista quanto o Brasil 247 vão se caracterizar por uma militância/ativismo/engajamento que os transforma em porta-vozes de grupos específicos, não por um posicionamento no qual o interesse maior seja, por exemplo, o fortalecimento de igualdades de gênero, raça, regiões.

Retomando: são exemplos que mostram não só o borramento, mas a possibilidade de questões apresentadas como antagônicas estarem presentes na realização de um jornalismo necessário para o enfrentamento de questões que passaram a ameaçar com mais força o ambiente democrático brasileiro. Estes enfrentamentos, concluímos, não dependem de vocalizações, de atos heróicos. Se o silêncio permissivo da imprensa comercial nos trouxe a um sem-número de prejuízos sociais, que um silêncio hacker e posicionado, não espetacularizado, feito no dribble, possa nos ajudar a diminuí-los.

NOTAS

- 1 O que chamamos de veículos comerciais possuem relação com que Zamin (2014) chama de “jornalismo de referência”.
- 2 Deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal, investigou esquemas de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras (refinadora de derivados de petróleo estatal, de economia mista) empreiteiras e políticos.
- 3 No dia 18 de maio de 2020, adolescente foi morto na casa onde estava com outras cinco crianças, no Complexo do Salgueiro, Rio de Janeiro, Brasil. A residência foi invadida por policiais civis e federais que participavam de uma operação contra traficantes de drogas que atuam na região. Na ocasião, a Polícia Civil afirmou que, durante uma perseguição, os criminosos invadiram o imóvel e entraram em confronto com os policiais que atuavam na ação. Após a troca de tiros, a casa, que pertence aos tios de João Pedro, ficou com 72 marcas de tiros. O jovem foi atingido na barriga e ficou cerca de 17 horas desaparecido até ser declarado morto.

- 4 Agatha Felix de 8 anos foi morta no Morro da Fazendinha, no Complexo de favelas do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro, Brasil. A menina estava dentro de uma kombi com a mãe quando foi baleada nas costas. O inquérito da Polícia Civil concluiu que o tiro que matou Ágatha partiu da arma de um policial militar.
- 5 Livro feito por jovens bolsistas na Ashoka University, na Índia.

REFERÊNCIAS

AFP. (2023, janeiro 28). *Medidas após a morte de George Floyd não contiveram violência policial nos EUA*. Folha de Pernambuco. Recuperado de www.folhape.com.br/noticias/medidas-apos-a-morte-de-george-floyd-nao-contiveram-violencia-policial/256031/

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen.

Albuquerque JR, D. M. (2011). *A invenção do nordeste e outras artes* (5ª ed). Cortez.

Ativismo. (2017). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Recuperado de www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php

Azevedo, F. A. (2018). PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989-2014). *Opinião Pública*, 24(2), 270-290. DOI: 10.1590/1807-01912018242270

Bach, D., & Paula, L. C. (2017). A relação teoria-prática no pensamento e no trabalho de Paulo Freire e sua contribuição à formação dos(as) educadores(as). *Anais do 13º Congresso Nacional de Educação*. Recuperado de <https://docplayer.com.br/57293910-A-relacao-teoria-pratica-no-pensamento-e-no-trabalho-de-paulo-freire-e-sua-contribuicao-a-formacao-dos-as-educadores-as.html>

Barcellos, L. B. (2021). *Não é ativismo, é jornalismo: os feminismos do Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero* [dissertação de mestrado, Universidade de Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos – RDBU.

Benedito, L. M. (2022, novembro 11). *Citi diz que mercado pode ter se enganado em relação a Lula*. Folha de S.Paulo. Recuperado de www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/11/citi-diz-que-mercado-pode-ter-se-enganado-em-relacao-a-lula.shtml

Benzaquen, J. F. (2012). A universidade popular dos movimentos sociais: entrevista com o prof. Boaventura de Sousa Santos. *Educação & Sociedade*, 33(120), 917–927. DOI: 10.1590/S0101-

73302012000300014

Bhattacharya, S. (2021). Nietzsche, Rawls and Bezos walk into a bar: A review of pandemic ethics. *Final Draft*, (3), 146-155. Recuperado de https://ashoka.edu.in/static/doc_uploads/file_1630834505.pdf#page=144

Biroli, F., & Miguel, L. F. (2012). Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. *Opin. Publica*, 18(1), 22-43. DOI: 10.1590/S0104-62762012000100002

Biroli, F., & Miguel, L. F. (2010). A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(73), 59-76. Recuperado de www.scielo.br/j/rbcsoc/a/7mM4dBpXgZMy8zbbVYYB3MN/?format=pdf&lang=pt

Boynton, R. S. (2005). *The New New Journalism: conversations with America's Best Nonfiction Writers on Their Craft*. Vintage Books.

Castro, A. (2015). *Outrofobia: textos militantes*. Publisher Brasil.

Carneiro, S. (2005). *A Construção do outro como não ser como fundamento do ser* [tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Repositório USP.

Carta Capital (2020, dezembro 7). ‘Governo? Nem sei se existe’, diz mãe de Ágatha Felix. Carta Capital. Recuperado de www.cartacapital.com.br/sociedade/governo-nem-sei-se-existe-diz-mae-de-agatha-felix/

Caldeira, R. P. M. (2020). Polarização nas eleições de 2018: análise discursiva dos portais de notícia Brasil 247 e O Antagonista [dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório PUCSP.

Cioccari, D. (2015). Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. *Revista Alterjor*, 12(2), 58-78. Recuperado de www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/aj12-a04

Cunha, N. (2016). Da sobrevivência LGBTS aos Princípios de YOGYAKARTA e o Observatório no Grande ABC. In A. C. Francischette da Costa et al. (Orgs), Gênero e diversidade sexual: percursos e reflexões na construção de um observatório LGBT (pp. 15–27). Editora Pontocom.

Dalbosco, C. A., Bertotto, C., & Schwengber, I. L. (2020). A ação pedagógica crítica e formação do pensamento reflexivo. *Olhar de professor*, 23, 1-14. Recuperado de 10.5212/OlharProfr.v.23.2020.16857.209209230243.0912

Downie Jr, L., & Heyward, A. (2023). *Beyond objectivity: Producing trustworthy news in Today's Newsrooms*. Arizona State University. Recuperado de https://issuu.com/asufoundation/docs/beyond_objectivity

Engajamento. (2017). *Grande Dicionário Houaiss da Língua*

Portuguesa. Recuperado de www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php

g1 Rio. (2020, maio 20). *O que se sabe sobre a morte a tiros de João Pedro no Salgueiro*. g1. Recuperado de <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-a-tiros-de-joao-pedro-no-salgueiro-rj.ghtml>

Gadelha, R. M., d'Aquino F. (1989). A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista de História*, (120), 153-162. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i120p153-162

Guimarães, L. (2021, maio 17). *Caso João Pedro: quando o Estado mata nossos filhos, a Justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial*. BBC News Brasil. Recuperado de www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830

Henrique, G., & Magalhães, A. (2021, junho 24). *H.Stern, Ourominas e D'Gold: as principais compradoras do ouro ilegal da TI Yanomami*. Repórter Brasil. Recuperado de <https://reporterbrasil.org.br/2021/06/hstern-ourominas-e-dgold-as-principais-compradoras-do-ouro-ilegal-da-ti-yanomami/>

Henriques, R. P. (2018). O problema da objetividade jornalística: Duas perspectivas. *Griot: Revista de Filosofia*, 17(1), 256-268. DOI: 10.31977/grirfi.v17i1.796

Henriques, R. P. (2020, novembro). O jornalismo declaratório e a objetividade jornalística. *Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. SBPjor. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11645/1/2633-10254-1-PB.pdf>

Ijuim, J. K. (2009). A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Em Questão*, 15(2), 31-43. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10060/7368>

Ijuim, J. K. (2020). Jornalismo e humanização: heranças eurocêtricas no pensar e no fazer jornalísticos. *Extraprensa*, 13(2), 91-108. DOI: 10.11606/extraprensa2020.159921

Ijuim, J. K. (2022). (Org.) *O pensamento de Boaventura de Sousa Santos e o Jornalismo*. Gênio Editorial.

Jucá, B. (2021, outubro 7). *Escândalo da Prevent Senior ganha rosto com depoimentos de médico e paciente à CPI da Pandemia*. El País. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-07/escandalo-da-prevent-senior-ganha-rosto-com-depoimento-de-medico-e-paciente-a-cpi-da-pandemia.html>

Kerche, F., & Marona, M. (2022). *A política no banco dos réus: a*

Operação Lava Jato e a erosão da democracia no Brasil. Autêntica.

Kuwahara, S. (2018). Discursos sobre a colaboração premiada na imprensa escrita e seu impacto na política brasileira: Operação Lava-Jato pré e pós campanha eleitoral. *Revista de Estudos Brasileños*, 5(10), 106-118. Recuperado de www.revistas.usp.br/reb/article/view/154322

Lacerda, I. J. (2007). *Personagens engajadas em sociedade de classes: uma leitura comparativa entre O Tempo e o Vento, de Érico Veríssimo, e Levantando do Chão de Jose Saramago* [dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo]. Repositório da Produção USP.

Lage, A. C. (2008). A pedagogia que emerge da luta política do MST. *Revista de Educação Pública*, 17(35), 487-508. DOI: 10.29286/rep.v17i35.503

Laia, E. J. M., & Guimarães, L. L. (2022). Coisas, mundos, traduções: dobras para uma comunicação pelo equívoco. *Contracampo*, 41(3), 1-15. DOI: 10.22409/contracampo.v41i3.52775

Larangeira, Á. N. (2015). Silêncios permissivos: os cadernos especiais da Folha de S.Paulo e Jornal do Brasil no 10º ano do regime militar. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 12(2), 216-225. DOI: 10.5007/1984-6924.2015v12n2p216

Meditsch, E. (2017). Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: ainda hoje, um método subutilizado no Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 13(25), 132-143. Recuperado de <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/393/396>

Militância. (2017). *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Recuperado de www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v6-5/html/index.php

Moraes, D. (2019). (Org.) *Poder midiático e disputas ideológicas. Consequência*.

Moraes, F. (2015). *O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem*. Arquipélago.

Moraes, F. (2020, abril 24). *A casa dos artistas em tempos de pandemia*. Revista Zum. Recuperado de <https://revistazum.com.br/zum-quarentena/casa-dos-artistas/>

Moraes, F. (2022). *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza*. Arquipélago Editorial.

Motta, L. G. (2006). *Notícias do fantástico: jogos de linguagem na comunicação jornalística*. Unisinos.

Moutinho, M. [@mmoutinho]. (2022, novembro 11). *Mercado*

apreensivo com a abolição da escravatura. "O capital se retrai", diz a notícia. É de 1888, mas parece de 2022 [Tweet]. Twitter. Recuperado de <https://twitter.com/mmoutinho/status/1591234083732226048>

Oliveira, D. (2021). *Racismo estrutural: uma perspectiva histórico-crítica*. Editora Dandara.

Paterniani, S. Z., Belisário, G., & Nakel, L. (2022). O humanismo radical de Sylvia Wynter: uma apresentação. *Mana*, 28(3), 1-28. DOI: 10.1590/1678-49442022v28n3a0200

Pita, P. H. D. (2022). A desconstrução dos sem-terra na mídia impressa: os enquadramentos sobre o MST em editoriais do jornal O Estado de São Paulo (2001-2004). *Revista TOMO*, (41), 375-412. DOI: 10.21669/tomo.vi41.16193

Pontes, F. (2023, março 10). *Vinícolas devem pagar R\$ 7 milhões por caso de trabalho escravo no RS*. Agência Brasil. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-03/vinicolas-devem-pagar-r-7-milhoes-por-caso-de-trabalho-escravo-no-rs>

Rosa, A. (2013). *Pedagoginga, autonomia e mocambagem*. Aeroplano.

Russell, A. (2016). *Journalism as activism: recoding media power*. Polity Press.

Santos, B. S., & Martins, B. S. (2019). (Orgs). *O pluriverso dos direitos humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Autêntica.

Santos, C. J. F. (2003). *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915* (2ª ed.). Annablume.

Santos, R. (2020). *Maioria minorizada: um dispositivo de racialidade*. Telha.

Schwarcz, L. M. (2017). *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Companhia das Letras.

Silva, S. O. (2022). *Ativismo, academia e comunicação: o tripé de atuação de Sueli Carneiro, ativista e intelectual brasileira* [trabalho de conclusão de curso, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília - BDM.

Sodré, M. (2017). *Pensar nagô*. Vozes.

Sodré, N. W. (1998). *História da imprensa no Brasil*. Mauad Editora.

Valentini, G. G. (2020). *Das interpretações sobre o ser humanos aos processos de (des)humanização no jornalismo* [tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da UFSC.

Veiga da Silva, M. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. Insular.

Veiga da Silva, M. (2020). *O nós e o Outro nas práticas jornalísticas de excelência: a história de vida de jornalistas reconhecido(a)s no Brasil como parte dos conhecimentos para o exercício da alteridade no Jornalismo* [relatório final de estágio pós-doutoral Bolsa PNPd-CAPES, não publicado]. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Veiga da Silva, M., & Moraes, F. (2019). A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: A subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do 28º Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Recuperado de <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategia?lang=pt-br>

Villanueva, E. R. T. (2017) La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. *Aportes de la Comunicación y la Cultura*, (23), 31-38. Recuperado de www.scielo.org.bo/pdf/racc/n23/n23_a04.pdf

Ward, S. J. A. (2020). *Objectively engaged journalism: an ethic*. McGill – Queen's University Press.

Undugarra, T. (2018). Knowledge-production in journalism: Translation, mediation and authorship in Brazil. *The Sociological Review*, 66(1), 58-74. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038026117704832?journalCode=sora>

Usher, N. (2021). *News for the rich, white, and blue: how place and power distort american journalism*. Columbia University Press. DOI: 10.7312/ushe18466

Zamin, A. (2014). Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. *Revista FAMECOS*, 21(3), 918-942. Recuperado de www.redalyc.org/articulo.oa?id=495551017008

FABIANA MORAES. Professora e pesquisadora do curso de Comunicação Social/PósCom, UFPE. Investiga jornalismo, objetividade/subjetividade, poder e insurgência. Artigos nos periódicos *Extraprensa* (USP/SP), *Alceu* (PUC/RJ); *Chasqui* (Ciespal/Equador) e *Alaic* (Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação). Prêmios Esso de Jornalismo e Reportagem. E-mails: fabiana.msilva2@ufpe.br e fabimoraes@gmail.com